

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA
FEDERAL EM ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08230.002928/2024-11

A **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, entidade com personalidade jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 05.665.521/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, **STÊNIO BARBOSA DE LUCENA**, portador do CPF 451.961.924-68, vem, tempestivamente, conforme permitido no § 4º, do art. 165, Lei nº 14.133, de 2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa Concorrente/Licitante **ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, CNPJ nº 40.911.117/001-41, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interposto:

I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pela **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS**, que tem como objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados de prestação do serviço de **RECEPÇÃO**, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 90005/2024.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o seu resultado divulgado dentro dos termos da Lei nº14.133, de 2021.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE**, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos **INFUNDADOS** e **INOPORTUNOS** para tentar afastar a correta decisão, alegando inconsistências na planilha apresentada, mas especificamente no “Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente”. Tópico esse que tem ligação direta com a expertise da empresa e do negócio.

II. DAS RAZÕES ALEGADAS:

Os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar. Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o **PLENO DIREITO** de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado. A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações **INCABÍVEIS**, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **“a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados”**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade. Importa trazer que o recurso interposto é de fato um **VERDADEIRO SOFISMO**, ao qual visa **OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** com claro intuito de postergar.

Alega que a **CONTRARRAZOANTE** apresentou a sua planilha, mas especificamente no “Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente”, valores totalmente divergentes ao estipulado, alegando ainda que a **CONTRARRAZOANTE** viola diversos princípios, entre eles o da vinculação ao edital, uma vez que não cumpriu o que fora previamente estabelecido e o princípio da isonomia, pois obteve, assim, vantagem indevida em relação aos demais licitantes, “proveito” esse que irá comprometer a saúde financeira do contrato e a sua consequente execução.

Destacamos antes de mais nada, que as alegações do Recurso Administrativo da **ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA**, não trouxe nenhum embasamento legal no seu bojo, que pudesse comprovar suas alegações, se limitou a dizer que a **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, violou diversos princípios, entre eles o da vinculação ao Edital. Alegações que deixa claro seu inconformismo em não ter apresentado uma proposta que atendesse os preceitos legais como também a realidade do negócio.

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, Comissão, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente ao aceitar a proposta da **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, julgando e habilitando, por entender que atendeu integralmente as exigências do edital.

Repisa-se a planilha de formação de preços apresentada pela **CONTRARRAZOANTE** é perfeitamente válida. Todos os cálculos utilizados pela licitante estão consubstanciados na legislação trabalhista vigente e orientações do órgão de controle sobre a coisa pública, principalmente em defesa do erário público, que não autoriza o pagamento de valores acima do permitido na Lei, ou seja, não se deve prever aquilo além do previsto na legislação pertinente ao fato.

Já em relação aos percentuais/valores inseridos na sua planilha de custos, a **CONTRARRAZOANTE** deixa claro que se utilizou da realidade do seu negócio e da expertise da empresa, inclusive não há nenhuma vinculação jurídica ou legal que determine percentuais mínimos, pelo contrário, há um limite máximo.

Segue abaixo decisão do TRF – 5 relacionado ao assunto em tela:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. - Na medida em que a legislação dite custos mínimos a serem considerados pelos licitantes, é legítimo à Administração exigir

demonstrativo do preço ofertado para o objeto do certame, a fim de evidenciar possíveis propostas inexecutáveis. - Com relação aos serviços de vigilância, os custos com "auxílio doença", "licença paternidade/maternidade", "faltas legais" e "acidente de trabalho" dependem fundamentalmente, das políticas de recursos humanos e de segurança do trabalho de cada empresa, inexistindo parâmetros legais que permitam taxá-los de simbólicos ou irrisórios.

(TRF-5 - AGTR: 67014 RN 2006.05.00.004969-8, Relator: Desembargador Federal Ridalvo Costa, Data de Julgamento: 06/07/2006, Terceira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 21/08/2006 - Página: 752 - Nº: 160 - Ano: 2006)

O Art. 63 da IN 06/2017, esclarece que por tratarem-se de elementos de custos variáveis e dependerem da assiduidade do colaborador, podendo ou não ocorrer, serão suportados pela contratada, conforme prevê, por serem considerados como inerentes aos riscos do seu negócio.

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

O julgamento da proposta tem que ser sempre em **prol da economicidade na contratação**, sendo vedado ainda, julgamento subjetivo ou que contrarie as determinações o princípio da economicidade que norteia os processos licitatórios na modalidade de pregão, pelo qual deve a Administração primar pela seleção da proposta mais vantajosa ao erário, e assim ocorreu, pois o NOBRE PREGOEIRO, acatou a proposta apresentada pela CONTRARRAZOANTE.

Vale lembrar, que o licitante é responsável pelo preço ofertado não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, conforme previsto no item 4.4 do EDITAL, conforme a seguir:

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

E mesmo que houvesse alguma inconsistência ou erro na planilha apresentada, **vale destacar que não é o caso**, ainda caberia a oportunidade para correção, conforme o item 6.12 do EDITAL, e não seria motivo para a inabilitação suscitada pela recorrente;

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração

do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para ilustrar todas as alegações acima explanadas, a CONTRARRAZOANTE recentemente fez uma pesquisa com um Gestor do contrato do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, contrato de prestação de serviços Nº 79/2022, onde realiza a prestação de serviços continuados de manutenção predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (**pedreiros, pintores, encanadores, serralheiro e auxiliares de pedreiro, pintor, encanador, eletricista e auxiliares práticos de marcenaria**), perfazendo um total de 18 funcionários lotados no contrato, em múltiplas atividades e apresenta percentuais e valores próximo da realidade aqui demonstrada, que inclusive pode ser diligenciada e consultada, pois a disponibilização é pública. Tal pesquisa tem ligação direta com o tema tratado nessa peça, como podemos ver a seguir a transcrição das perguntas e respostas, que inclusive consta como anexo:

Prezado,

Sr. Ernani Maciel

Boa noite!

*Estamos participando de uma licitação com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e esse contrato foi selecionado por nós para realizamos essa pesquisa.
É com grande satisfação que estamos lhe procurando visando a sua disponibilidade em responder as perguntas abaixo em relação ao curso do contrato que está em vigor nesse tribunal.
Para tal, precisamos do seu feed back nessa avaliação conforme abaixo;*

CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Nº 79/2022

Do OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (pedreiros, pintores, encanadores, serralheiro e auxiliares de pedreiro, pintor, encanador, eletricista e auxiliares práticos de marcenaria**) e respectivos fardamentos e EPI's, a serem executados no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme as características, especificações técnicas, previsões e exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 48/2022 e Anexos, os quais independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento.**

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS DO CONTRATO: 18 FUNCIONÁRIOS

1 - Quando da ausência de funcionários da ASSERT SERVIÇOS, seja por qualquer motivo (doença, casamento, falecimento, etc), a empresa até o momento vem apresentado substitutos?

Resposta: Sempre e prontamente a empresa vem apresentando substitutos para cobertura dos postos vagos por licenças e outros afastamento.

2 - Os substitutos tecnicamente atenderam os requisitos dos substituídos nas suas atividades?

Resposta: Sim, atenderam na execução das atividades básicas dos postos cobertos.

3 - Nas ausências dos funcionários de férias houve também substitutos para os mesmos?

Resposta: Sim. Todos os afastamentos de profissionais alocados nos serviços contratados foram cobertos pela Contratada.

4 - A entrega dos fardamentos e semestral, esse item foi e esta sendo cumprido no contrato?

Resposta: Sim. Os fardamento têm sido fornecidos semestralmente conforme exigência contratual.

5 - A qualidade dos fardamentos é boa?

Resposta: Verifica-se que os fardamento entregues aos empregados alocados na prestação dos serviços apresentam-se de boa qualidade e durabilidade.

6 - A empresa vem cumprindo as obrigações legais e trabalhistas em dia? Como por exemplo, benefícios, salários, férias, etc.

Resposta: Sim. Todos os pagamentos de salários e benefícios vem sendo realizados com antecedência pela Contratada, antes mesmo das datas limite para crédito/disponibilização.

O “print” da planilha de custos usada na licitação do TRF5, é até menor pois retratava a realidade daquele momento da empresa na utilização dos seus percentuais/valores, reforçando ainda mais as alegações trazidas e deixando claro que a expertise da empresa ao longo de **21 (vinte e um) anos** é algo bastante relevante para se manter forte e competitiva no mercado, realizando serviços de qualidade e cumprindo fielmente os seus contratos.

MÓDULO 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 – Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Férias	0,00%	R\$ -
B	Ausências Legais	0,02%	R\$ 0,65
C	Licença-Paternidade	0,01%	R\$ 0,32
D	Ausência por acidente de trabalho	0,02%	R\$ 0,65
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,32
F	Ausência por doença	0,03%	R\$ 0,97
Subtotal			R\$ 2,92
TOTAL			R\$ 2,92

Não resta dúvida, que a proposta selecionada da CONTRARRAZOANTE, para atender o pregão acima referenciado, atendeu e atende a todos os requisitos legais, inclusive Edital e Termo de Referência.

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e da **Lei nº14.133, de 2021**, e com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Termos em que

Pede deferimento

Olinda, 14 de agosto de 2024

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Stênio', is positioned above the printed name and company information.

ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE
RECURSOS HUMANOS EIRELI-EPP
Stênio Barbosa de Lucena
Proprietário
RG. 2.664.500 – CPF 451.961.924-68

Assunto: **RES: Avaliação do contrato**
De: Ernani Lucena Maciel <elmaci@trf5.jus.br>
Para: stenio@assertservicos.com.br <stenio@assertservicos.com.br>
Data: 09/08/2024 18:52



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Diretoria de Administração Predial - DAP

At.

Atenciosamente.

ERNANI LUCENA MACIEL

Diretor da Diretoria de Administração Predial
DAP - TRF 5ª Região - Fone: 81-3425.9396 / **81-98809.1555**
Av. Cais do Apolo, s/n – Bairro do Recife – Recife / PE – CEP: 50030-908

De: stenio@assertservicos.com.br <stenio@assertservicos.com.br>

Enviada em: quinta-feira, 8 de agosto de 2024 17:36

Para: Ernani Lucena Maciel <elmaci@trf5.jus.br>

Assunto: Avaliação do contrato

Prezado,

Sr. Ernani Maciel

Boa noite!

Estamos participando de uma licitação com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e esse contrato foi selecionado por nós para realizarmos essa pesquisa.

É com grande satisfação que estamos lhe procurando visando a sua disponibilidade em responder as perguntas abaixo em relação ao curso do contrato que está em vigor nesse tribunal.

Para tal, precisamos do seu feed back nessa avaliação conforme abaixo;

CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Nº 79/2022

Do OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (**pedreiros, pintores, encanadores, serralheiro e auxiliares de pedreiro, pintor, encanador, eletricista e auxiliares práticos de marcenaria**) e respectivos fardamentos e EPI's, a serem executados no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme as características, especificações técnicas, previsões e exigências contidas no Edital

do Pregão Eletrônico nº 48/2022 e Anexos, os quais independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento.

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS DO CONTRATO: 18 FUNCIONÁRIOS

1 - Quando da ausência de funcionários da ASSERT SERVIÇOS, seja por qualquer motivo (doença, casamento, falecimento, etc), a empresa até o momento vem apresentado substitutos?

Resposta: Sempre e prontamente a empresa vem apresentando substitutos para cobertura dos postos vagos por licenças e outros afastamento.

2 - Os substitutos tecnicamente atenderam os requisitos dos substituídos nas suas atividades?

Resposta: Sim, atenderam na execução das atividades básicas dos postos cobertos.

3 - Nas ausências dos funcionários de férias ouve também substitutos para os mesmos?

Resposta: Sim. Todos os afastamentos de profissionais alocados nos serviços contratados foram cobertos pela Contratada.

4 - A entrega dos fardamentos e semestral, esse item foi e esta sendo cumprido no contrato?

Resposta: Sim. Os fardamento têm sido fornecidos semestralmente conforme exigência contratual.

5 - A qualidade dos fardamentos é boa?

Resposta: Verifica-se que os fardamento entregues aos empregados alocados na prestação dos serviços apresentam-se de boa qualidade e durabilidade.

6 - A empresa vem cumprindo as obrigações legais e trabalhistas em dia? Como por exemplo, benefícios, salários, férias, etc.

Resposta: Sim. Todos os pagamentos de salários e benefícios vem sendo realizados com antecedência pela Contratada, antes mesmo das datas limite para crédito/disponibilização.

Agradecemos antecipadamente a sua disponibilidade!

--

Sds,